

O BRANCO COMO NORMA E O NEGRO COMO DESVIO: crítica à normatividade racial na psicologia brasileira

Mailson Nogueira ALVES¹

Giulia Tescari MEDEIROS²

Hellen MAROSTICA³

Resumo

Analizando criticamente a forma como a psicologia brasileira contribuiu para consolidar a branquitude como norma e a negritude como desvio, buscamos evidenciar os efeitos da colonialidade na produção de saber. Parte-se da constatação de que, historicamente, a ciência psicológica concentrou seus estudos em pessoas negras e indígenas, reforçando a invisibilidade racial do branco e sua posição de referência universal. Com base em autores como Stuart Hall, Howard Winant, Guerreiro Ramos e Cida Bento, demonstra-se que a ideia de raça é uma construção discursiva que sustenta privilégios materiais e simbólicos atribuídos à branquitude. O artigo também discute como a negritude foi marcada pela condição de anormalidade, mas, ao mesmo tempo, constituiu-se em espaço de resistência, especialmente por meio de movimentos como a Negritude e da emergência da Psicologia Preta. O objetivo central é tensionar a naturalização desses polos hierarquizados, deslocando o foco do sujeito negro como problema para as estruturas de poder que o enquadram

¹ Graduado em Psicologia pela Universidade da Amazônia (2017 - 2022), Psicólogo Clínico com ênfase na abordagem Fenomenológica Existencial; Possui experiência na área de Psicologia Clínica, Social e Comunitária, além de realizar pesquisas sobre Negritude, Existencialismo, relações de poder e resistência e Psicopolítica; Responsável Técnico do projeto Psicologia Papaxibé (2021- Atual); Pesquisador do Grupo de Pesquisa Filosofia Prática: Investigação em Política, Ética e Direito – CNPq/UFPA e Psicólogo na Coordenadoria Antirracista de Belém - COANT (2024- Atual). Email: mailson.nogueira@posgrad.ufsc.br.

² Psicóloga formada pela Universidade Federal da Bahia. Mestranda em Psicologia Social e Cultura na Universidade Federal de Santa Catarina. Email: giuliatescari.psi@gmail.com

³ Psicóloga graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Saúde da Família e Comunidade pelo programa de Residência Multiprofissional da Escola de Saúde Pública de Santa Catarina. Mestranda em Psicologia Social e Cultura, na linha de pesquisa em estética, processos de criação e política. Psicóloga clínica. Email: hellenmarostica20@gmail.com

como tal. O método utilizado foi o bibliográfico, a partir da análise de autores clássicos e contemporâneos das ciências sociais e da psicologia. Conclui-se que repensar a normatividade racial é fundamental para uma psicologia crítica, descolonial e comprometida com a equidade racial.

Palavras chave: Branquitude; Negritude; Psicologia; Racismo; Normatividade.

Abstract

This article critically analyzes how Brazilian psychology has contributed to consolidating whiteness as the norm and blackness as deviation, highlighting the enduring effects of coloniality in knowledge production. Historically, psychological science in Brazil has focused predominantly on Black and Indigenous peoples, reinforcing the racial invisibility of whiteness and its position as a universal reference. Drawing on authors such as Stuart Hall, Howard Winant, Guerreiro Ramos, and Cida Bento, the study demonstrates that race is not a biological given but a discursive construction that sustains both material and symbolic privileges attributed to whiteness. The article also examines how blackness has been historically constructed as abnormality while simultaneously becoming a space of resistance, particularly through movements such as *Négritude* and the emergence of Black Psychology. The main objective is to challenge the naturalization of these hierarchical poles by shifting the focus from the Black subject as “the problem” to the power structures that frame them as such. The method used was bibliographic research, based on classical and contemporary authors from the social sciences and psychology. It concludes that rethinking racial normativity is fundamental for building a critical, decolonial psychology committed to racial equity.

Keywords ou Palabras Clave: Whiteness; Blackness; Psychology; Racism; Normativity.

Introdução

A psicologia, enquanto ciência e prática social, não está imune às marcas coloniais que estruturam a sociedade brasileira. No que diz respeito às contribuições deste campo de saber ao estudo das relações étnico-raciais no Brasil, a ciência psicológica historicamente se dedicou a estudos *sobre* as pessoas negras, fato este que, como defendeu Lia Schucman (2014), por focar apenas nas pessoas negras ou indígenas, contribuiu com a ideia de que o branco é a norma da identidade racial.

Podemos compreender pelo menos três distintos momentos de produção discursiva *sobre* pessoas negras a partir da Psicologia, como nos mostram Lia Vainer Schucman e Hildeberto Vieira Martins (2017): o primeiro, no final do século XIX, em que o corpo negro é tratado como “objeto da ciência”, inserido em estudos marcados por teorias eugenistas e biologizantes; o segundo, a partir da década de 1930, em que

o discurso racial se desloca do campo biológico para o cultural, mas ainda sob o domínio das interpretações brancas; e o terceiro, que tem início no final dos anos 1970, no qual movimentos sociais passam a disputar os espaços de produção de saber e a afirmar a raça como categoria social e política. Assim, “o negro” não é mais uma categoria essencializante, um campo a ser analisado, o que demarca uma importante ruptura (que segue em disputa) na produção de conhecimento da psicologia.

As diversas repercussões do racismo epistêmico na produção da realidade evidenciam a inseparabilidade do estudo das relações raciais com qualquer temática ou campo de pesquisa no Brasil. No entanto, as relações étnico-raciais são frequentemente tratadas como um tema transversal, um recorte, o que repercute diretamente na produção de conhecimento da psicologia - por exemplo, no caso dos currículos na graduação, o tema, quando presente, é frequentemente relegado a disciplinas optativas, o que se configura como um grande e grave equívoco. É urgente analisarmos este tema em sua complexidade, afinal, ele não é apenas uma “dimensão”, um acessório para o qual nos direcionamos para compreender “algumas” existências ou problemáticas. Ele está no cerne de tudo aquilo sobre o que a psicologia se propõe a analisar, desvelar, denunciar e, possivelmente, transformar: desde a subjetividade, as coletividades, as políticas públicas e as produções discursivas.

Mas, se por um lado a psicologia foi atravessada e estruturada por esse projeto colonial, de outro, o campo tem sido tensionado por aqueles que se levantam contra o racismo científico, estrutural e institucional. Os movimentos sociais negros e a produção de autorias comprometidas com a crítica à colonialidade têm construído rachaduras nesse cenário, apontando caminhos possíveis para repensar e transformar o fazer da psicologia. É nesse movimento de disputa e recriação que situamos este artigo, na intenção de evidenciar como a branquitude e a negritude foram historicamente produzidas como polos hierarquizados e como tais construções seguem operando na psicologia contemporânea.

Nós, autoras deste texto e pesquisadores com vínculo em uma linha de investigação sobre desigualdades étnico-raciais da Universidade Federal de Santa Catarina, partimos de diferentes frentes de estudo que se encontram na comum tarefa de interrogar as formas como o racismo ainda estrutura a subjetividade, a

normatividade e a saúde do povo brasileiro. A partir disso, este artigo busca tensionar a naturalização desses dois pólos – a branquitude enquanto norma e a negritude enquanto desvio – analisando sua construção histórica e suas reinvenções na atualidade, em especial no âmbito da psicologia.

A discussão será apresentada em dois momentos: primeiro, a análise da branquitude como lugar de privilégio, invisibilidade e manutenção da norma; e, em seguida, a análise da negritude como categoria construída como desvio pela colonialidade, e que também se torna espaço de resistência e criação.

A Construção do Branco como normativo

Vamos por partes: o que é ser branco no Brasil? Do que falamos quando falamos sobre normatividade?

De forma direta, Liv Sovik (2004) descreve o branco no Brasil como aquele que cumpre as exigências de “pele clara, feições europeias, cabelo liso”, e não para por aí. O branco, no Brasil seria aquele cujo papel social carrega autoridade e respeito automáticos, garantindo acesso a espaços e recursos específicos. Segundo a autora, ser branco no Brasil implica uma função social de garantia de privilégios, sem excluir ter sangue negro (p. 366).

Encontramos, então, nossa primeira barreira: ser branco no Brasil não exclui ter sangue negro? É Stuart Hall (2017) quem nos ajuda a continuar essa reflexão, ao ensinar que raça não é um conceito biológico, mas uma construção discursiva. Isso significa dizer que ser branco, no Brasil, não corresponde a uma condição reconhecida em termos genéticos, já que não existe sustentação científico-biológica para o conceito de raça. Para prosseguirmos com qualquer discussão sobre raça, é importante concordarmos com a premissa básica de que não estamos falando de uma expressão genética, mas sim da construção de uma ideia. A ideia de raça é uma produção de linguagem que ganha sentido apenas a partir dos efeitos sociais que produz.

A teoria da formação racial, de Howard Winant (2014), explica o processo de construção dessa produção linguística. No território brasileiro, a invasão portuguesa é o evento histórico a partir do qual a raça se torna fator de estratificação social. Essa invasão de território indígena precisou se formalizar por meio de um discurso que, na prática, justificasse as práticas de exploração e escravização que a tornaram lucrativa.

Assim, o branco começa a produzir a ideia de outro, disseminando a validação da invenção da ideia raça com respaldo da criação de embasamentos religiosos, científicos e políticos.

O branco passa, então, a ocupar espaços de significado específicos: filhos de Deus, seres humanos de pleno direito, conquistadores, catequizadores, líderes. Em todos eles, costurava-se a narrativa de que o branco seria o único capacitado à tomada de decisão e ao pensamento racional. Ao tomar o controle da narrativa, o branco se separa da imagem que seu próprio discurso constrói sobre qualquer um que não se pareça com ele. Na prática, isso significa que o discurso sobre a raça parece não ter mais locutor, integra o senso comum, se apresenta como descoberta científica, mandamento religioso.

A formação racial é o processo por meio do qual as identidades raciais foram criadas e transformadas, com a intenção de justificar a distribuição desigual de direitos políticos e sociais. Raça se consolida, então, como uma encruzilhada entre estrutura social e representação cultural: as ideias sobre raça tornam-se projetos não apenas no nível macro da formulação de políticas raciais, da atividade estatal e da ação coletiva, mas também no nível da experiência cotidiana e da interação pessoal. A supremacia branca é um exemplo óbvio de projeto racial hegemônico que assumiu formas diversas, da era colonial até o presente, ajustando-se para manter seus privilégios (Winant, 2014). A consequência é que se está inscrito na cultura que o não-branco é o outro, o branco só pode ocupar um lugar: o de norma.

Ainda assim, o branco brasileiro se apoia em solo instável: o país inteiro tem sua cultura costurada por elementos de língua, música, arte, religião e costumes de povos africanos e indígenas escravizados aqui — não há espaço para afirmar uma identidade branca europeia sem cair em contradição. Como solução torna-se necessário afirmar-se por meio de produções de sentido que se propaguem pela cultura e sigam justificando sua posição social no âmbito da branquitude. Para tal, o branco brasileiro dispõe dos mitos da democracia racial e da meritocracia.

O lugar do branco no contexto étnico brasileiro é desconfortável, desajustado, malfeito. É o pioneiro Alberto Guerreiro Ramos, em 1957, quem explica tal fenômeno, ao escrever sobre o que chama de patologia social do branco brasileiro. Sabendo que não existe uma raça pura que justifique o lugar europeu que o branco brasileiro tanto almeja, este precisa aderir a ficções sobre sua própria identidade racial. O brasileiro

decide, então, que é vergonhosa sua ancestralidade e cultura negras, enaltecendo a cultura europeia à qual não pertence.

É o critério estético-social da branquitude que demonstra como as diferenciações entre normal e patológico são decididas. O “normal” é um critério que varia historicamente, correspondendo aos interesses da classe social dominante; o que torna a ideia de normal tão importante da perspectiva social é que, apesar de ser apenas a leitura de uma média estatística, o normal é lido na verdade como um ideal a ser atingido, como o elemento a partir do qual todos os desviantes tornam-se “outro”. A partir do momento em que a branquitude ocupa esse lócus de poder, torna-se “normal” a promoção de dogmas religiosos, linguísticos, estéticos e de costumes que tentem reproduzir a lógica europeia longe da Europa (Ramos, 1957).

A patologia do branco brasileiro é, então, o apego e a reprodução da ficção de brancura como norma, em um esforço compartilhado de sustentar o lugar de branquitude. Cida Bento (2022) nomeia parte fundamental desse esforço compartilhado como o Pacto da Branquitude. A ficção da superioridade racial não é apenas uma crença individual com a qual cada branco brasileiro sonha sozinho: Bento denuncia um acordo tácito entre pessoas brancas de silenciar possíveis nomeações sobre sua herança histórica, definindo o branco como um ser universal e classificando quem não é branco como o outro racializado. Assim, a história brasileira decide contar sobre os crimes brutais cometidos pelos personagens que representaram o exercício de poder da branquitude por meio de distorções narrativas que os tornam contos de glória e coragem.

Todos esses elementos constitutivos da subjetividade branca seguem se organizando de forma que todos — não apenas o branco — acreditem que a brancura é a norma. Seguimos, então, por séculos em que pessoas negras foram culturalmente incentivadas ao auto-ódio, engajando-se no esforço de camuflar quaisquer características fenotípicas que pudessem expressar uma não-brancura. Uma vez que o branco europeu não existe no Brasil, a identificação racial tende a se aproximar do “mais branco possível”: negros são “pardos”, pardos são “brancos” e brancos não têm nenhum traço de herança não-europeia. O ideal de brancura sobrevive como um embaraço ao processo de maturidade psicológica do brasileiro (Ramos, 1957).

A apropriação dessa branquitude tem a intenção de garantir à pessoa branca uma gama de privilégios sociais, sejam eles materiais ou simbólicos. A normatização da

brancura foi organizada por meio de uma negociação com sua visibilidade: quando é conveniente, ela se pronuncia enquanto identidade racial; quando não, desaparece, buscando um lugar de neutralidade (Schucman, 2012). Como consequência, os privilégios materiais e simbólicos decorrentes de fazer parte da branquitude não são nomeados enquanto privilégios de raça.

Em sua tese de doutorado “Entre o encardido, o branco e o branquíssimo”, a psicóloga Lia Schucman (2012) descreve esses privilégios. No campo material, demonstra como ser branco produz, cotidianamente, situações de vantagem no que diz respeito à moradia, à educação, ao trabalho e à saúde. No campo simbólico, aponta como a concepção estética da branquitude é supervalorizada, operando em prol de uma subjetividade segura e confiante de quem experimenta o mundo sabendo que o imaginário social construído sobre si é de valorização.

O efeito da invenção da raça está presente em diferentes experiências da vida social: na distribuição de recursos e poder, nas experiências subjetivas, nas identidades coletivas, nas formas culturais e nos sistemas de significação (Schucman, 2012). O branco, como norma, não atribui os privilégios que experiencia nessas áreas como relacionados à sua identidade racial. Enquanto um ser racialmente “neutro”, suas conquistas, afetos e vivências seriam processos individuais que teriam a dizer apenas sobre características pessoais suas; todas as outras experiências, hierarquizadas a partir da ficção criada sobre si mesmo e o mundo, constituem-se, então, como um desvio.

Negro, desvio e normatividade, perspectivas críticas da Psicologia e da Negritude

O ato de existir enquanto negro é historicamente percebido como um desvio, constituindo-se como uma construção social que atravessa séculos de pensamento e práticas raciais. Essa concepção não é recente; já pode ser identificada em autores fundamentais, como Fanon (2020, p. 117), ao afirmar: “uma criança negra normal, tendo crescido em uma família normal, passará a ser anormal ao menor contato com o mundo branco. Essa proposição não será facilmente compreendida”. Embora escrita em 1958, no célebre *Pele Negra, Máscaras Brancas*, a reflexão mantém surpreendente atualidade, revelando a persistência estrutural das categorias de normalidade e desvio em contextos raciais. Assim, ao pensarmos a negritude em

diálogo com a normatividade contemporânea, percebe-se que esses conceitos funcionam como contrapontos que se tensionam e se definem mutuamente, evidenciando as contradições do ordenamento social.

Para compreender o negro como desvio, é fundamental primeiro entender o que se conceitua como tal. A normatividade, enquanto referência social e cultural, estabelece padrões aos quais se espera que os indivíduos se adequem. Quem se afasta dessas normas é rapidamente rotulado como anormal, desviante, transgressor ou marginal. Embora a terminologia varia conforme o contexto, ela cumpre sempre a função de hierarquizar e excluir. Nesse sentido, Howard Becker (2008) contribui de forma elucidativa ao afirmar que o desvio não é resultado exclusivo do comportamento do indivíduo, mas emerge da interação entre quem comete a ação e aqueles que reagem a ela. Ou seja, o desviante não é apenas quem infringe normas, mas aquele que, ao fazê-lo, é socialmente reconhecido como tal. Assim, o desvio configura-se como uma construção relacional: o sujeito desviante é categorizado como “outsider”, colocado à margem de um grupo que detém autoridade para definir normas.

Dessa forma, o desviante ocupa um lugar de punição simbólica, por subverter, questionar ou transgredir aquilo que é considerado normal. Essa exclusão não se aplica apenas ao indivíduo que viola diretamente as normas, mas se estende a seus descendentes, produzindo um efeito intergeracional de marginalização. O desviante se posiciona qualitativamente em oposição à lógica socialmente instituída, uma vez que a participação plena na vida coletiva pressupõe adesão às normas. Nesse contexto, a branquitude surge como padrão de referência, concebida como ponto de apoio para a estruturação das relações sociais ocidentais. Mendes (2022, p. 92) sintetiza essa lógica ao afirmar: “o Branco é, a vários respeito, uma fantasia da imaginação europeia que o Ocidente se esforçou por naturalizar e universalizar”. É nesse esforço de universalização que se configura o negro, como figura resultante do processo colonizador, simbolicamente construído como outro em relação ao padrão europeu.

Essa construção histórica do negro como desvio é reforçada por Mbembe (2014), que observa: “o significativo ‘negro’, na história da modernidade, sempre foi o equivalente a nada. As pessoas não querem ser nada. As pessoas querem ser alguma coisa. A ideia de ser negro provoca muito medo nas pessoas”. Esse medo histórico posiciona o negro na condição de desviante, marcado pelo olhar do outro, cuja

existência depende do reconhecimento ou da negação social. Alves, Gomes e Laurenti (2025, p. 8) complementam: “A violência de ser visto abre margem não só para o ato de existir, mas também para o ato de se relacionar com o mundo”. Assim, o sujeito negro enfrenta uma experiência de estranhamento de si mesmo, confrontado por padrões sociais que negam sua plena humanidade, gerando uma tensão permanente entre a busca por pertencimento e a pressão de atender a um ideal externo. Essa dinâmica de exclusão e autoafirmação também se reflete nas tradições da psicologia brasileira.

A partir da década de 1990, observa-se um esforço renovado nas pesquisas sobre relações étnico-raciais na psicologia, impulsionado por estudiosos da Psicologia Social. Nesse período, não apenas a racialidade do negro passou a ser objeto de análise, mas também a branquitude, considerando seus impactos psicossociais e relacionais na construção do pensamento racial brasileiro. Santos, Schucman e Martins (2012) destacam contribuições de autores desse período, citando Jurandir Freire Costa, que sustenta que o pensamento psicológico estruturava-se a partir da noção de branqueamento, “cujos efeitos são a diminuição da hostilidade e da aversão ao negro e ao mestiço assim que este passa a se apropriar dos comportamentos sociais dos brancos” (SANTOS; SCHUCMAN; MARTINS, 2012, p. 172). No mesmo período, Maria Aparecida Bento observa que se desenvolve um processo político e psicológico oriundo do pensamento da elite brasileira, voltado a consolidar o branqueamento do negro por meio da incorporação de padrões de beleza, comportamentos e valores brancos, promovendo um apagamento sutil da cultura negra coletiva. Paralelamente, Edith Pizza evidencia que a identidade branca se caracteriza por sua invisibilidade, concretizada na ausência de percepção do indivíduo enquanto ser racializado, tornando-se, assim, norma silenciosa e estrutural.

A brancura, nesse caso, é vista pelos próprios sujeitos brancos como algo natural e normal. Edith Pizza classifica essa identidade coletiva como uma construção em contraposição, em que os não brancos são aqueles que têm a visibilidade da raça. (SANTOS; SCHUCMAN; MARTINS, 2012, p. 173)

Até aqui, é possível perceber como a Psicologia, ao longo de sua trajetória histórica, contribuiu para legitimar o lugar do branco como norma e, simultaneamente, posicionou o negro como o diferente, o desvio. Essa configuração não apenas reflete debates acadêmicos e científicos, mas também evidencia a consolidação de uma

lógica social que naturaliza a hierarquização racial. Contudo, ao mesmo tempo em que se discutia o branco como produto de um pensamento oriundo da elite brasileira, surgiam, nas ruas e através do trabalho de intelectuais negros, movimentos voltados para a valorização e reapropriação da negritude e das múltiplas dimensões que constituem a experiência do sujeito negro.

Nesse contexto, a tentativa de dignificar o negro e assegurar-lhe um lugar legítimo na história — para além das interpretações e vertentes do racismo científico que dominaram o século XIX — tornou-se central. Aimé Césaire e Léopold Sédar Senghor emergem nesse cenário como protagonistas do movimento da Negritude, iniciativa que buscou reconfigurar a narrativa histórica e cultural do negro, reconhecendo sua importância, valor e contribuição para a humanidade. A Negritude não se limitou a uma afirmação identitária, mas constituiu um gesto de resistência intelectual e cultural, afirmando a riqueza da experiência negra em contraposição à imposição de padrões eurocêntricos e universalizantes, sobre esse movimento, Silva (2016, p. 22) escreve

a Negritude nasceu em diáspora enquanto um movimento da luta contra dominação cultural e racial.
A Negritude enquanto um movimento da luta contra dominação colonial racista propunha voltas às origens, mais importante que isso, protestava anomalias da supremacia branca em relação às culturas dos povos dominados. Por isso, era necessário uma autoidentificação, um reconhecimento de si.

Esse movimento atingiu dimensões continentais, impactando fortemente o Brasil, tanto nos movimentos organizados de negritude quanto entre intelectuais da época. Foi fundamental para repensar e ressignificar a categoria de quem é considerado negro. Segundo Mbembe (2014), “Negro” é uma palavra carregada de densidade, ou seja, possui uma carga histórica, social e simbólica que confere significado e impacto conforme o contexto. Essa densidade envolve sensações, sentimentos, ressentimentos e relações de poder que se manifestam na linguagem. Cada nome carrega um destino ou condição atribuída por outrem, mas ocupar a posição de negro exige atenção crítica, reconhecimento do lugar social ocupado e consciência quanto à origem e potenciais distorções da terminologia. O essencial é olhar o outro de frente, confrontando diretamente as relações de poder e significado que a linguagem e a sociedade impõem.

Visando dar conta das significações do presente acerca do ser negro, e da

racialização desse indivíduo, a Psicologia cada vez mais vem se apropriando de saberes tradicionais e/ou investindo em pesquisas que dialoguem com vertentes atuais e contracoloniais, como fruto disso, é evidente o surgimento de eixos racializados de como fazer da profissão:

Uma das expressões de afrocentramento na Psicologia é o movimento conhecido como Psicologia Preta que tem grande impulso com o campo de estudo a partir da criação da Association of Black Psychologists, associação fundada em São Francisco – EUA, em 1968. De acordo com Simone Nogueira e Raquel Guzzo (2016), a Psicologia Preta/Africana assume a árdua tarefa de recuperação da memória histórica e cultural do povo africano, potencializando, nesse processo, valores e saberes tradicionais da visão de mundo Africana desde o Antigo Egito (Kemet), demonstrando que, para além de denunciar o genocídio, a desumanização do povo preto, a partir da supremacia branca eurocentrada, a Psicologia Preta aponta para a humanização dos(as) africanos (as) e afrodescendentes a partir de sua própria história, cultura, saber e modos de viver (CARVALHO, et al. 2019, p. 3)

Tendo essas noções como basilares, é importante salientar também que essa psicologia, além de renegar o lugar do negro como um desviante social, se propõe a analisar pesquisas realizadas pelo povo negro para o povo negro, com isso, abordando sob uma ótica racializada da sua realidade desde a base. Esse é um dos esforços realizados para garantir a manifestação de resistência científica em todos os lugares possíveis (LIMA; REIS, 2024), portanto, atualmente podemos considerar que há uma Psicologia Preta, e que a mesma bebe de um fazer clínico que busca validar a raiva da exclusão, dos estereótipos, desigualdades e todas as categorias negativas infligidas ao ser negro, entendendo que sua expressão de raiva não surge como uma categoria desviante patologizante, mas como resultado de anos de opressão e exclusão de um povo até hoje marginalizado.

Considerações Finais

A reflexão apresentada neste artigo evidencia que a psicologia brasileira, em sua formação histórica, contribuiu para consolidar a branquitude como norma e, em contrapartida, posicionar a negritude como desvio. No entanto, é fundamental afirmar que a negritude não constitui, em si mesma, um desvio. Ao contrário, trata-se de uma construção social e política resultante de processos coloniais que buscaram hierarquizar populações e naturalizar desigualdades. Reconhecer esse caráter histórico e relacional é um passo essencial para romper com a ideia de que o negro

carrega, em sua condição, um problema a ser resolvido.

O que se revela, na verdade, é a operação de estruturas de poder que enquadram a população negra em posições de marginalidade e subalternidade. A psicologia, ao reproduzir tal lógica, desloca a questão do plano estrutural para o plano individual, reforçando a patologização da experiência negra. A tarefa urgente, portanto, não é explicar a negritude como anomalia, mas denunciar e analisar os mecanismos sociais, políticos e culturais que a produziram como tal.

Esse deslocamento é central. Em vez de dirigir o olhar para o negro como sujeito desviante, é necessário interrogar os privilégios da branquitude, sua invisibilidade e o pacto de silêncio que sustenta a manutenção da hierarquia racial. A psicologia, enquanto ciência e prática social, precisa assumir e está assumindo cada vez mais a responsabilidade de problematizar de que modo essas estruturas operam na subjetividade, na saúde mental e na vida coletiva, além de criar instrumentos teóricos e metodológicos capazes de confrontar tais desigualdades.

A negritude, nesse sentido, deve ser compreendida como campo de resistência, de criação e de reconfiguração identitária. Movimentos históricos, como a Negritude e a Psicologia Preta, demonstram que ela não é ausência ou desvio, mas potência política e cultural capaz de reverter a lógica colonial. Assumir essa perspectiva implica reconhecer a densidade histórica da experiência negra e valorizar seus modos de existência como fundamentais para repensar a sociedade brasileira.

Conclui-se, portanto, que a psicologia só poderá avançar como prática crítica e comprometida com a dignidade humana se deslocar o foco do “problema negro” para as estruturas de poder que produzem o racismo e a normatividade branca. A luta contra o racismo não deve ser vista como recorte periférico, mas como núcleo de qualquer análise que pretenda compreender a subjetividade e as relações sociais no Brasil. Somente ao expor a branquitude como construção histórica e ao reconhecer a negritude como potência social e política será possível construir uma psicologia verdadeiramente descolonial, comprometida com a transformação social e com a promoção da equidade racial.

REFERÊNCIAS

ALVES, Mailson Nogueira; GOMES, Mariana Helloá de Oliveira; LAURENTI, Andressa. Desafios da intersubjetividade na relação com o outro: elaborações possíveis a partir da Fenomenologia e o Existencialismo de Sartre. *Revista*

Hum@nae, v. 19, n. 2, 07 ago. 2025. Disponível em: <https://revistas.esuda.edu.br/index.php/humanae/article/view/1016>. Acesso em: 13 ago. 2025.

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BISPO, Mayana dos Santos; PINHEIRO, Diego Arthur Lima. *Por uma psicologia preta: as condições políticas, teórico e metodológicas para uma psicologia afrocentrada em Franz Fanon*. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS, 26., 2022, Feira de Santana. Anais [...]. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2022. Disponível em: <https://ojs3.uefs.br/index.php/semic/article/view/9667>. Acesso em: 15 ago. 2025.

CARVALHO, Heloísa; GALINDO, Dolores; LOPES, Mariana; FERNANDES, Saulo; PARRA VALENCIA, Liliana. Pomba-giras: contribuições para afrocentrar a Psicologia. *Quaderns de Psicologia*, v. 21, n. 2, p. 1466, 2019. DOI: 10.5565/rev/qpsicologia.1466.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Tradução de Sebastião Nascimento; colaboração de Raquel Camargo; prefácio de Grada Kilomba; posfácio de Deivison Faustino; textos adicionais de Francis Jeanson e Paul Gilroy. 1. ed. São Paulo: UBU, 2020. 320 p. ISBN 978-65-86497-20-5.

FARIA, João Paulo. *Sociologia das normas sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

GELEDÉS. *Capitalismo é incompatível com democracia, afirma escritor Achille Mbembe*. Geledés – Instituto da Mulher Negra. São Paulo, 04 mar. 2024. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/capitalismo-e-incompativel-com-democracia-afirma-escriptor-achille-mbembe/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

LIMA, Cledson Severino de; REIS, Maria da Conceição dos. Teoria da Afrocentricidade: elementos epistemológicos para um currículo afrocentrado. *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, [S. l.], v. 29, n. 67, p. 99–119, 2024. DOI: 10.20435/serieestudos.v29i67.1897. Disponível em: <https://serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/1897>. Acesso em: 15 ago. 2025.

MBEMBE, A. *A Crítica da Razão Negra*. 1ª ed. Outubro de 2014. (Tradução de Marta Lança).

MENDES, Joel Nemon. Reflexões sobre a autodesignação e a positivação do nome “negro”: um olhar crítico sobre a Negritude (década de 1930) e o MNU (década de 1970). *Revista Educação em Foco*, n. 14, 2022. Disponível em: <https://revista.unifia.edu.br>. Acesso em: 13 ago. 2025.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. *Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 32, n. spe., p. 166–175, 2012.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/TtJZrnNBHT88ShMQTLt5wYg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SCHUCMAN, Lia Vainer. (2014). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, 26, 83-94.

SCHUCMAN, Lia Vainer, & MARTINS, Hildeberto Vieira. (2017). A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37 (esp), 172-185.

SILVA, Agostinho da. *Negritude e civilização do universal: crítica ao universalismo europeu a partir dos pensamentos de Léopold Sédar Senghor e de Aimé Césaire*. São Francisco do Conde: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Instituto de Humanidades e Letras dos Malês – IHLM, Curso de Bacharelado em Humanidades, 28 nov. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades). Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/6272>. Acesso em: 15 ago. 2025